Por uma alimentação saudável, justa e sustentável na Europa e no Mundo

Recomendações da/os jovens e da sociedade civil portuguesa

A ACTUAR, a FIAN Portugal e a EAPN Portugal, têm vindo a trabalhar em parceria pela promoção de uma discussão pública ampla e diversa sobre o Direito à Alimentação Adequada em Portugal.

Uma dessas ações conjuntas é dirigida à juventude portuguesa e organizações da sociedade civil que desenvolvem atividade na área da segurança alimentar, da produção e consumo, associações de desenvolvimento local, de defesa de direitos humanos, ativistas, entre outras.

O que temos feito?

De março a julho de 2021, cerca de 350 pessoas participaram nas ações do projeto, contribuindo para uma reflexão conjunta sobre o futuro da alimentação em Portugal e na Europa.

DEBATES DE NORTE A SUL, EM PORTUGAL E COM A EUROPA:

- **Seminário Internacional "A construção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e inclusivos - Diálogo com os pés no chão no âmbito das prioridades para Portugal e para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia"**

Contando com a Chefe da Unidade - Farm to Fork Strategy (F2F) da União Europeia, uma eurodeputada e o Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Portugal, este evento contou com mais de 200 participantes, entre autarcas, técnicos da administração pública local e regional, organizações da sociedade civil, académicos, ativistas, agricultores e jovens. O debate centrou-se na importância de, no âmbito das prioridades da estratégia europeia em discussão F2F, esta poder vir apoiar, a nível nacional, a implementação de planos de ação municipais, integrados em estratégias locais de alimentação, numa abordagem de direitos humanos. **[Consulte: programa>>; gravação>>]**

- **Concurso de "jornalismo" cidadão**

A juventude portuguesa foi convidada a montar um artigo noticioso, com um artigo fotografia originais que fossem representativas das suas preocupações e/ou da sua visão do futuro para a sustentabilidade alimentar em Portugal e na Europa. De Norte a Sul, do Interior ao Litoral de Portugal Continental, 60 jovens candidataram-se ao concurso, 40 realizaram uma capacitação com especialistas internacionais e nacionais sobre direitos humanos, pobreza, sustentabilidade alimentar, saúde e nutrição; e 25 jovens apresentaram trabalhos ao concurso. **[consulte: livrete de trabalhos do concurso]**

The project "Towards an open, fair and sustainable Europe in the world – EU Presidency Project 2020-2022" is funded by the European Union and implemented by the Association of German Development and Humanitarian Aid NGOs (VENRO), the Portuguese Non-Governmental Development Organizations Platform (Plataforma Portuguesa das ONGD), the Slovenian NGO Platform for Development, Global Education and Humanitarian Aid (SLOGA), and the European NGO confederation for relief and development (CONCORD).

Os resultados da reflexão alcançada ao longo desta jornada serão integrados no caderno de recomendações da/os jovens e organizações da sociedade civil portuguesa a entregar aos representantes governamentais de Portugal e da União Europeia com responsabilidades nos setores relevantes para a sustentabilidade alimentar, quer a nível nacional, quer das discussões em curso sobre a estratégia europeia "Do campo ao prato".

- **Debates locais**

6 distritos, 6 debates locais, realizados em parceria com os núcleos distritais da Rede Europeia Anti-Pobreza de Aveiro, Beja e Évora, Faro, Porto, Setúbal e Região Autónoma da Madeira. Debateram-se temas como o apoio alimentar, a produção e o consumo locais, a agricultura e os direitos humanos, a saúde e a importância da participação social como parte fundamental dos processos de *policy* e espaços de governança. Estes debates contaram com a participação de cerca de 80 pessoas e dois deles marcaram a abertura das exposições locais dos trabalhos do concurso em locais de acesso público. **[consulte: os 3 debates on-line no FBK]**

Discussões decisivas em curso para o futuro da sustentabilidade alimentar em Portugal e na Europa…

Portugal encontra-se num momento decisivo em termos de criação e implementação de quadros estratégicos com alcance na área alimentar: a Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 "Terra Futura" (2020); a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvida no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2021-?); a Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza (2021-?); além da estratégia Nacional e Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar (2017), a Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (2017), entre outros marcos. Ao nível Europeu, estão em curso as discussões sobre a Política Agrícola Comum, e a operacionalização da Estratégia "Do campo ao prato", incluindo o desenho de um quadro legal europeu para apoiar a sua implementação a nível nacional.

Alguns dados sobre a pertinência desta discussão para o momento atual

***Saúde* -** Segundo dados do Inquérito Nacional da Saúde 2019, 16,9% da população adulta, ou seja 1.5 milhões, sofre de obesidade e cerca de 60% da população tem excesso de peso (pré-obesidade), que torna o tratamento da obesidade em Portugal urgente. Estima-se que em Portugal se gaste 207 euros /ano a tratar doenças relacionadas com excesso de peso, o equivalente a 10% da despesa total em saúde. Para além da obesidade, a desnutrição e falta de acesso a uma alimentação nutritiva leva a outras doenças prevalentes; anemia (20%); diabetes (13,3%); colesterol alto (25%); hipertensão (30%); insónia e dificuldades respiratórias (21.8%); e perturbações alimentares, entre outras doenças.

***Pobreza e insegurança alimentar em Portugal* -** A alimentação é a base para a garantia de uma existência digna e tem um papel central nas nossas vidas, na saúde do nosso corpo e mente. No entanto, este bem tão básico não é acessível para todas as pessoas que vivem no nosso país. De acordo com a Direção Geral de Saúde (2015), "em períodos como o que vivemos atualmente, de crescentes desigualdades na distribuição de rendimento e elevadas taxas de pobreza, será de esperar um impacto significativo no consumo alimentar e no estado de saúde da população, comprometendo o acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos e criando um "problema sério no âmbito da saúde pública". A atual pandemia está já a agravar esta situação de forma duradoura, aumentando a prevalência de insegurança alimentar moderada e severa.

A fome é uma realidade em Portugal, embora muita gente não tenha esta perceção. A pobreza atinge mais de dois milhões de pessoas em Portugal, sendo que 19.8% da população em Portugal vive em risco de pobreza e exclusão social, considerando-se estar abaixo do limiar da pobreza as famílias/indivíduos que recebem €540 mensais, ou menos, de acordo com dados de 2020 do INE. Isto significa que temos um quinto da população em Portugal a sofrer em diferentes intensidades e duração de insegurança alimentar (dados pré-covid).

The project "Towards an open, fair and sustainable Europe in the world – EU Presidency Project 2020-2022" is funded by the European Union and implemented by the Association of German Development and Humanitarian Aid NGOs (VENRO), the Portuguese Non-Governmental Development Organizations Platform (Plataforma Portuguesa das ONGD), the Slovenian NGO Platform for Development, Global Education and Humanitarian Aid (SLOGA), and the European NGO confederation for relief and development (CONCORD).

Territórios alienados da economia alimentar e segurança alimentar

A insegurança alimentar e a pobreza têm um impacto significativo nas economias territoriais pela diminuição da produtividade, o aumento do absentismo laboral, encargos com a saúde, entre outros. Em muitos territórios, este custo pode representar cerca 5% do valor da produção interna gerada, segundo estimativas da FAO, condicionando fortemente o desenvolvimento e a competitividade territorial, num contexto de crescente descentralização política, económica e administrativa, e que coloca os serviços públicos locais sob novas pressões.

PREOCUPAÇÕES

Apesar dos recursos existentes serem suficientes para satisfazer todas as necessidades alimentares, o direito à alimentação adequada não está a ser cumprido. Ele existe, mas está muito ameaçado, o que ficou bem visível com a pandemia. Por outro lado, existe o perigo crescente da alimentação tornar-se cada vez mais um fator de diferenciação social: entre o direito ao acesso e o privilégio de escolher uma alimentação saudável e que contribui para a sustentabilidade global. Implementar o Direito à Alimentação Adequada implica garantir o acesso à alimentação adequada quando alguém está fisicamente ou economicamente impedido/ condicionado de o fazer e criar as condições necessárias para a criação de um "ambiente alimentar" que contribua para construir um sistema alimentar sustentável (a nível ambiental, social e económico) e capaz de garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Algumas das ameaças ao cumprimento do direito à alimentação adequada em Portugal:

→ Desigualdades económicas e salariais: rendimentos baixos limitam escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis;

→ Falta de literacia sobre escolha alimentares adequadas (a nível nutricional e ambiental - alimentos locais, sazonais) e a dificuldade de obter informação clara sobre os alimentos que compramos;

→ Apoios insuficientes para dar resposta às dificuldades alimentares crescentes da população;

→ A vergonha encobre muitas situações de insegurança alimentar: ao não existir um "quadro" completo da real situação a nível nacional, a intervenção será sempre insuficiente;

→ Falta de espaços regulares de concertação social onde esteja prevista a participação dos jovens e organizações da sociedade civil para debater, formular e avaliar políticas, medidas e programas sobre sustentabilidade alimentar e de segurança alimentar e nutricional;

→ Ausência de cultura de *policy* intersectorial e multinível e os desafios da participação social;

→ Alterações Climáticas e a ausência/ fragilidade dos sistemas alimentares atuais para fazer face aos desafios climáticos;

→ Alienação entre o consumo alimentar e a economia alimentar dos territórios;

→ Perda de conhecimentos e práticas tradicionais associados à manutenção de sistemas agrários tradicionais;

→ Interesses económicos presentes nas cadeias de produção, de distribuição e consumo diminuíram as oportunidades de criação de produção própria; a supremacia das grandes empresas esmaga os pequenos produtores.

The project "Towards an open, fair and sustainable Europe in the world – EU Presidency Project 2020-2022" is funded by the European Union and implemented by the Association of German Development and Humanitarian Aid NGOs (VENRO), the Portuguese Non-Governmental Development Organizations Platform (Plataforma Portuguesa das ONGD), the Slovenian NGO Platform for Development, Global Education and Humanitarian Aid (SLOGA), and the European NGO confederation for relief and development (CONCORD).

RECOMENDAÇÕES

- **Participação social e políticas de alcance sobre a segurança alimentar e nutricional**

→ Consciencializar a população para a existência do direito à alimentação adequada;

→ O Estado deve legislar sobre o direito à alimentação, enquanto direito fundamental influenciado por diversos setores (ambiente, comércio, saúde, educação, trabalho, segurança social, agricultura, entre outros) de forma a garantir o cumprimento deste direito, sem que esteja dependente apenas de ações de caridade;

→ Diversificar o questionário dos Censos de forma a incluir questões relacionadas com a sustentabilidade alimentar e a segurança alimentar da população;

→ Discussão do quadro legal que apoiará a implementação da estratégia "Do campo ao prato" a nível nacional para que possa apoiar a criação de estratégias de segurança alimentar e nutricional territoriais e a implementação dos respetivos planos de ação;

→ Criação de fóruns para a discussão pública e intervenção cívica na definição legislativa e de iniciativas em complemento à estratégia *"Farm to Fork"*, o que poderia apoiar uma maior identificação da população com a própria EU;

→ Criação de equipas interdisciplinares e interministeriais para criar medidas de alcance intersectorial adequadas às necessidades alimentares concretas da população e sua relação com os territórios;

→ Efetivação dos mecanismos de diálogo existentes entre as entidades governamentais e as pessoas em situação de pobreza e suas organizações representativas;

→ Maior articulação dos objetivos da política agrícola comum com a sustentabilidade alimentar dos territórios.

- **Articular o nível de intervenção local com as grandes prioridades nacionais e os quadros programáticos de apoio face ao contexto europeu**

→ É no "local" que se faz o desenvolvimento e se constrói a sustentabilidade alimentar: é importante permitir aos municípios terem uma maior liderança territorial da transformação do atual sistema alimentar, apoiando a criação de estratégias alimentares locais, em que a implementação dos respetivos planos de ação é apoiada através dos quadros de financiamento que permitem implementar as grandes prioridades nacionais no âmbito do quadro estratégico europeu;

→ As estratégias alimentares devem ter especial atenção aos grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade à insegurança alimentar;

→ Tais estratégias devem ser construídas de forma participativa, numa abordagem de direitos humanos.

- **Pobreza alimentar como parte de uma equação maior: o combate à pobreza e às desigualdades sociais**

→ Combater a pobreza alimentar implica combater a pobreza, considerada pelo Estado Português desde 2018 uma violação dos direitos humanos: importa atenuar as desigualdades sociais e económicas e amplificar o limiar de pobreza e o orçamento de Estado deve prever apoios para a luta contra a pobreza;

→ Os apoios às pessoas e famílias de baixos rendimentos devem ser realizados a par da promoção do emprego seguro e de remuneração justa, para que possam aceder a uma habitação

The project "Towards an open, fair and sustainable Europe in the world – EU Presidency Project 2020-2022" is funded by the European Union and implemented by the Association of German Development and Humanitarian Aid NGOs (VENRO), the Portuguese Non-Governmental Development Organizations Platform (Plataforma Portuguesa das ONGD), the Slovenian NGO Platform for Development, Global Education and Humanitarian Aid (SLOGA), and the European NGO confederation for relief and development (CONCORD).

digna e realizar escolhas alimentares adequadas às suas necessidades, saudáveis e sustentáveis;

→ Apostar e investir na educação, formação e capacitação dos jovens;

→ Promover campanhas de consciencialização através dos *media* e campanhas escolares para educar cidadãos mais conscientes sobre o tema da pobreza e sobre o consumismo;

- **Reforçar a capacidade de ação das organizações do terreno**

→ Criação de um cabaz alimentar adequado, tendo em conta a necessidade nutricional de cada pessoa/ família, já que a maioria dos produtos dos cabazes alimentares são processados (de conservação e uso mais fácil), não sendo os mais adequados para promover a saúde;

→ Reforçar os recursos e as capacidades das organizações locais que trabalham no campo alimentar para que possam realizar um acompanhamento das famílias com maior qualidade;

→ Investir na procura e experimentação de iniciativas alternativas de apoio alimentar que preservem o anonimato e a dignidade das pessoas e que promovam a sua autonomia;

→ trabalhar nas escolas para garantir que o grupo das crianças e jovens tem acesso à alimentação adequada e visando identificar os agregados familiares que precisam de apoio;

→ Sensibilizar os profissionais das entidades de poder local para uma visão de direitos humanos no combate à pobreza, para que tenham uma ação mais consciente e efetiva;

→ Elaborar regulamentação que proíba a destruição de excedentes alimentares, mobilizando os alimentos adequados para consumo, particularmente os frescos, para complementar cabazes alimentares

- **Produção alimentar**

→ Criar mecanismos de discriminação positiva para a aquisição de alimentos à produção local;

→ Promover a criação de hortas comunitárias a nível local, nas escolas e em espaços públicos, fomentando oportunidades de acesso a uma alimentação mais saudável;

→ Apoiar a acessibilidade dos produtores aos mercados locais, fomentando a criação de mais mercados municipais, incluindo a possibilidade de venda de microproduções/ hortas;

→ Apoios à produção local para diminuir o preço final para o consumidor e incentivar o consumo destes produtos;

→ Regulamentação das condições de trabalhadores rurais e maior fiscalização para situações de trabalho não remunerado em explorações agrícolas, principalmente, de populações migrantes;

→ Investimento em redes de produção sustentáveis, do ponto de vista ambiental e social, e promotoras de alimentos saudáveis;

→ Fomentar a produção local com o (re)aproveitamento de espaços/ terrenos desocupados;

→ Criação de mais cooperativas de produtores de norte a sul, para venda direta ao público, incentivando a organização económica dos produtores e da sua produção para aumentar o acesso dos consumidores a produtos locais;

→ Valorizar e apoiar a agricultura regenerativa e o Modo de Produção Biológico para vulgarizar práticas como: controlo de pragas com espécies que comem o invasor, diminuindo assim o uso de pesticidas; fomento do uso de compostagem e outros fertilizantes de base natural; práticas regenerativas do solo e que promovam a biodiversidade;

→ Promover a utilização de técnicas de regadio que diminuem o desperdício de água;

→ Promover a sensibilização e formação dos jovens sobre a importância da agricultura sustentável estimulando a sua adesão a esta área profissional;

The project "Towards an open, fair and sustainable Europe in the world – EU Presidency Project 2020-2022" is funded by the European Union and implemented by the Association of German Development and Humanitarian Aid NGOs (VENRO), the Portuguese Non-Governmental Development Organizations Platform (Plataforma Portuguesa das ONGD), the Slovenian NGO Platform for Development, Global Education and Humanitarian Aid (SLOGA), and the European NGO confederation for relief and development (CONCORD).

→ Combater o êxodo rural criando condições de atratividade dos territórios para a população mais jovem querer fixar-se;

→ Promover a igualdade de género no setor da produção alimentar;

→ Criar ou reforçar legislação que limite o lucro dos supermercados quando compram a produtores nacionais;

→ Promover parcerias entre as lojas (supermercados, mercearias) e com os agricultores locais;

→ A legislação deve prever o combate ao desperdício promovendo uma economia mais circular: estabelecendo um fim para todo o desperdício originado nas cadeias alimentares, principalmente as grandes superfícies comerciais; nas cadeias de retalho alimentares e doação dos excedentes a instituições estimular a compra de alimentos defeituosos ou sem calibre, mas bons para o consumo.

- **Mais transparência ao longo da cadeia alimentar e menos marketing enganoso**

→ Conscientização nas escolas sobre a manipulação televisiva e marketing de produtos, para o consumo de produtos menos saudáveis;

→ Maior controle de publicidade para alimentação não sustentável, particularmente para as crianças;

→ Capacitar os cidadãos com informação que lhes permita identificar marketing enganoso;

→ Combate à desinformação: simplificar a rotulagem dos alimentos de forma a que as pessoas percebam que ingredientes realmente são utilizados e a sua origem para poderem perceber a sua efetiva "sustentabilidade": exemplo do óleo de palma, cuja utilização nos alimentos processados aumenta a incidência de doenças (em particular, cancro) e a sua produção intensiva contribui para a desflorestação e perda de biodiversidade, o que contribui para as alterações climáticas;

→ Maior transparência e *accountability* sobre o caminho que o alimento percorre desde a produção até à nossa mesa;

→ Aposta em campanhas de informação nos meios de comunicação investindo em estratégias de marketing que promovam alimentos saudáveis;

→ Programas de entretenimento sobre alimentação e escolhas mais sustentáveis económicas.

- **Saúde: mais literacia e educação alimentar**

→ Incluir a nutrição no quadro do serviço nacional de saúde, incluindo maior participação dos nutricionistas nos cuidados de saúde primários, assim como integrar nutricionistas nas escolas para intervirem positivamente na educação nutricional da comunidade educativa;

→ Criar incentivos fiscais para a compra de produtos mais saudáveis (diminuição do IVA) e aumentar taxação dos produtos alimentares não saudáveis;

→ Incentivar a produção de alimentos saudáveis, de forma a fomentar a diminuição de preço dos mesmos;

→ Conscientização e educação escolar sobre alimentação adequada que possibilite melhores escolhas no futuro, incluindo atividades didáticas e aprendizagem prática sobre confeção de refeições;

→ Promover refeições saudáveis nas escolas (do ensino primário ao secundário) como parte da educação alimentar nas escolas, trabalhando em conjunto com os pais para reforçar as capacidades das crianças e jovens em praticar uma alimentação mais saudável;

→ Promover a dieta mediterrânica;

→ Criar restaurantes tipo "fast food" com alimentos saudáveis, a preços acessíveis.

The project "Towards an open, fair and sustainable Europe in the world – EU Presidency Project 2020-2022" is funded by the European Union and implemented by the Association of German Development and Humanitarian Aid NGOs (VENRO), the Portuguese Non-Governmental Development Organizations Platform (Plataforma Portuguesa das ONGD), the Slovenian NGO Platform for Development, Global Education and Humanitarian Aid (SLOGA), and the European NGO confederation for relief and development (CONCORD).